

## ETNODESENVOLVIMENTO DA ALDEIA AMAMBAI/MS: IDENTIFICANDO AS ATIVIDADES POTENCIAIS

Valdeir Vilhalva Martins<sup>1</sup>

Laís Fernanda Azevedo<sup>2</sup>

Jonattan Rodriguez Castelli<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo pretende estudar a possibilidade de desenvolvimento da Aldeia Amambai/MS a partir da abordagem do etnodesenvolvimento como uma alternativa para alcançar o desenvolvimento local. A Associação Guapoy é uma ferramenta articuladora de ações e de projetos que visem a autonomia local, bem como pode realizar estudos e pesquisas que visem a melhoria das condições de vida da população indígena. Para cumprir com propósito deste estudo a metodologia empregada foi a de observação participante, tendo em vista que o autor deste trabalho é indígena morador da Aldeia Amambai, ademais, este trabalho fez um levantamento bibliográfico sobre a temática do etnodesenvolvimento e do associativismo, resgatando relatórios da FUNAI e o estatuto da Associação Guapoy. Como resultado foi verificado que a Aldeia Amambai apresenta atividades potenciais, sobretudo para a geração de renda, entretanto, as técnicas de produção utilizadas ainda são rudimentares, logo há uma necessidade de qualificação dos saberes locais. Nesse sentido, a Associação Guapoy pode exercer um papel fundamental no tocante a promoção do etnodesenvolvimento, enquanto uma modalidade alternativa de desenvolvimento.

**Palavras-chaves:** Aldeia Amambai/MS; Associação Guapoy; Etnodesenvolvimento.

### ETHNODEVELOPMENT OF AMAMBAI VILLAGE/MS: IDENTIFYING POTENTIAL ACTIVITIES

**Abstract:** This paper aims to study the possibility of developing Aldeia Amambai/ MS from the approach of ethnodevelopment as an alternative to achieve local development. The Guapoy association is an articulating tool for actions and projects to reach local autonomy, as well as it can develop studies and research that can improve the welfare of its population. To comply with the purpose of this study, the methodology used was participant observation, considering that the author is an indigenous resident of Aldeia Amambai, in addition, it was made a bibliographic survey on the theme of ethnodevelopment and associations, collecting FUNAI reports and the statute of the Guapoy association. As a result, it was found that Aldeia Amambai has potential activities, especially for income generation, however, the production techniques used are still rudimentary, so the qualification of local knowledge is necessary. So, the Guapoy association can play a fundamental role in promoting the ethnodevelopment, as an alternative form of development.

**Keywords:** Adeia Amambai MS; Associação Guapoy; Ethnodevelopment.

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos pelo PPGDRS/UEMS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5067-6795>. E-mail: valdeirvilhal@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Economia do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS (PPGE-UFRGS). Professora do curso de Ciências Econômicas e do curso de Especialização em Gestão Universitária da UEMS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3746-2765>. E-mail: lais\_azevedo@gmail.com

<sup>3</sup> Doutor em economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS (PPGE-UFRGS). Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos da UEMS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5211-370X>. E-mail: castellijonattan@gmail.com

## Introdução

A Aldeia Amambai está localizada na cidade de Amambai/MS que também comporta outras duas aldeias a Limão Verde e a Jaguary. Segundo o censo do IBGE (2010) a cidade de Amambai possui 35.523 habitantes e deste 8.807 declarados indígenas representando 24,7% da população total. De acordo com o Relatório da Consea (2016), a Aldeia Amambai, apresenta aproximadamente 10.000 habitantes (2.000 famílias). Esta foi uma das oitos áreas reservadas pelo Serviços de Proteção aos Índios, “inspirado” no Decreto lei nº426 de 24 de Julho de 1845 que consistia em demarcar reservas de terras destinadas a índios “espalhados” pela província e liberar área para a colonização. Essa comunidade indígena foi regulamentada com 2.381 hectares.

No Brasil, segundo o Censo Demográfico realizado pelo IBGE (2010) a população indígena é de 817.963, representado cerca de 0,43% da população total brasileira, dos quais 502.783 se concentra na zona rural e 315.180 em zonas urbanas. De acordo com o Distrito Sanitário Especial Indígena do Estado de Mato Grosso do Sul a população indígena é estimada em 83.434 mil., com oitos etnias presentes distribuídos em 99 aldeias (DGESI/Sesai, 2017), representado 56% da população indígena no Centro-Oeste brasileiro (IBGE, 2010). A Aldeia Amambai está localizada no Estado de Mato Grosso do Sul, comportando basicamente a etnia Guarani/Kaiowá.

O debate sobre o termo etnodesenvolvimento em si ainda é recente sendo que as primeiras discussões remontam a partir da década de 1980. Essa abordagem ocupa, em especial, o campo da discussão dos indígenas, que pode ser entendido como o modelo alternativo de desenvolvimento econômico de um determinado grupo étnico. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo estudar a possibilidade de desenvolvimento da Aldeia Amambai/MS a partir da abordagem do etnodesenvolvimento como uma alternativa para alcançar o desenvolvimento local. Para tanto será possível discutir o etnodesenvolvimento e suas relações com a economia solidaria e associativismo, bem como investigar a experiência recente da associação Guapoy.

A metodologia empregada consistiu em observação participante, uma vez que o primeiro autor deste trabalho é morador da Aldeia Amambai. A família Vilhalva Martins (a qual o autor pertence) reside na comunidade há 23 anos. Até meados de 1997 residiam na Aldeia Sessoró, pertencente ao município da cidade de Tacuru/MS, porém migraram para esta aldeia em busca de melhores condições de vida, sobretudo, maior acesso à educação. A principal atividade exercida pela família é a criação de frango caipira, bem como em períodos sazonais

conseguimos obter a produção de ovos caipiras, entretanto, as técnicas utilizadas ainda são arcaicas. Outros familiares, do ponto de vista de agricultura de subsistência, são especialistas na produção de produtos como: mandioca, batata doce, milho, abóbora, feijão, banana etc.

A pesquisa deste artigo partiu da coleta qualitativa de dados, a partir de entrevistas com com os fundadores e cofundadores da Associação Guapoy. Complementarmente, o primeiro autor da pesquisa esteve presente dentro da associação, como observador participante, uma vez que ele é um dos membros e fundador da associação local.

Ademais, este trabalho fez um levantamento bibliográfico sobre a temática do etnodesenvolvimento e do associativismo, assuntos esses que vão além do escopo das ciências econômicas. Outros documentos também foram resgatados como os relatórios da FUNAI e o estatuto da Associação Guapoy.

A abordagem do etnodesenvolvimento busca reconhecer as particularidades existentes entre diferentes regiões, havendo a necessidade da adoção de estratégias em busca de melhoria das condições de vida das suas populações, de modo que não reproduza modelos prontos de desenvolvimento ou aqueles adotados por países avançados (FUNAI, 2020). De acordo com Oliveira (2014) a concepção do etnodesenvolvimento em termos gerais propôs que a própria comunidade tradicional seja o indutor do seu desenvolvimento local, a fim de qualificar os seus saberes locais tornando autônomo no sentido de impulsionar o seu desenvolvimento étnico alinhada no engajamento a unidades político administrativo.

A comunidade indígena desta Aldeia apresenta problemas diversos a serem superados, caracterizados pelo descaso e sobretudo da carência de políticas públicas por parte do Estado, o que os colocam em uma situação de vulnerabilidade socioeconômica extrema. Diante desse contexto a ideia de implementar a política de planejamento como mecanismo para o reordenamento econômico e social local, por meio da abordagem do etnodesenvolvimento é visto como uma alternativa para superar esses entraves e é centrado na Associação Guapoy. Tal Associação é fruto da demanda da própria comunidade como o meio para fomentar o desenvolvimento da região local, através de cinco eixos principais: Educação, Saúde, Geração de renda, Agricultura e Cultura.

Para cumprir com o proposto, este artigo está dividido em mais cinco seções além desta introdução. Na segunda seção é apresentada a revisão da literatura acerca do etnodesenvolvimento. Na terceira, encontram-se o diagnóstico do papel do associativismo para o planejamento local. Já na quarta seção, traz-se à tona o mapeamento das principais atividades

desenvolvidas e/ou que apresentam potencialidades na comunidade. Por fim, encerra-se o artigo com as considerações finais.

### **Etnodesenvolvimento**

Até a Segunda Guerra Mundial não havia uma distinção teórica entre os termos “Crescimento e Desenvolvimento Econômico”, sendo tratados como sinônimos. A partir da década de 1950, com os trabalhos pioneiros de autores como Rosentein-Rodan, Ragnar Nurske, Artur Lewis, Raul Prebisch, entre outros, estabeleceu-se distinções conceituais entre esses termos, entendendo-se que: i) o crescimento econômico é uma análise quantitativa, atrelada ao aumento da renda per capita de um país, ii) por sua vez, o desenvolvimento econômico compreende os aspectos qualitativos de uma sociedade. Dito de outro modo, está relacionado a melhorias nos indicadores sociais, como a educação, saúde, habitação e infraestrutura, por exemplo (VASCONCELOS, 2015).

De acordo com os pioneiros do desenvolvimento, a estratégia central para atingir o desenvolvimento de uma nação é a industrialização (CARDOSO, 2018). Podemos afirmar que para se atingir o nível de desenvolvimento adequado é necessário que todas as camadas sociais da sociedade tenham acesso aos benefícios da industrialização. Para Celso Furtado um dos mais renomados cientistas sociais do século XX, o Estado é o indutor da promoção de desenvolvimento. Por essa ótica, é necessário que o Estado elabore um plano nacional de desenvolvimento mediante as ideias originárias do local que romperiam com os paradigmas da dependência dos países periféricos em relação às economias centrais. Em outras palavras, Furtado argumenta a importância da valorização da cultura local, para que uma nação considerada subdesenvolvido alcance de fato o tão almejado desenvolvimento econômico (CAETANO, 2016; CARDOSO, 2018).

Sem embargo, a abordagem de desenvolvimento dos países periféricos via industrialização, entrou em crise nos anos 1970, junto com as crises decorrentes dos choques do petróleo e do endividamento externo, assim como a perda de espaço do keynesianismo ante o monetarismo, devido à estagflação dos EUA.

Destarte, Alves (2018) assevera que a partir da década de 1970, as estratégias de inserção externa dos países em uma economia cada vez mais globalizada e competitiva, passou a se centrar nas especificidades locais. De tal maneira que a diferenciação da estrutura produtiva existente em uma região se torna essencial para o seu processo de desenvolvimento local. Assim, “É necessário contemplar as potencialidades setoriais e regionais. É preciso pensar

também o desenvolvimento enquanto desenvolvimento do território”, aponta Missio (2019, p.1).

Alinhada a esta abordagem de território e de desenvolvimento local, o etnodesenvolvimento passou a ocupar o campo de discussão dos indígenas e indigenistas. De acordo com Verdum (2002), etnodesenvolvimento pode ser entendido como o reconhecimento e a normalização das diferenças culturais existentes. Cabe salientar que a perspectiva teórica do etnodesenvolvimento ainda é recente, sendo que os primeiros debates sobre o termo remontam a década de 1980.

Rodolfo Stavenhagen (1985) foi um dos pioneiros na discussão sobre o etnodesenvolvimento. Partindo de uma crítica da própria formulação do conceito de desenvolvimento, no qual esse processo é avaliado por uma série de métricas de desempenho, imposta muitas vezes por atores internacionais, o autor busca refletir sobre o papel dos fatores locais na busca de melhorias básicas e essenciais para sua população, enfatizando a importância dos pequenos grupos sociais no engajamento do alcance deste objetivo. Com vistas a um tipo de desenvolvimento alternativo a estratégia proposta pelo autor contém:

Primeiramente, ela implica numa estratégia voltada para as necessidades básicas, ou seja, uma estratégia destinada a satisfazer as necessidades fundamentais de um grande número de pessoas, mais do que o crescimento econômico por si mesmo. Isto significa, que um país deve concentrar seus recursos e esforços no sentido de produzir os bens essenciais, necessários à elevação dos padrões de vida dos mais pobres, antes de imitar os padrões de consumo e produção das nações industrializadas. [...] Em segundo lugar, a abordagem do desenvolvimento alternativo procura uma visão interna, ou endógena, e não uma visão externa e orientada para as exportações e importações. O desenvolvimento deve primeiro responder às necessidades do país, coletiva e socialmente definido, mais do que ao sistema internacional. [...] Em terceiro lugar, a abordagem procura usar e aproveitar as tradições culturais existentes, e não as rejeitar a priori como obstáculos ao desenvolvimento. [...] Em seguida, ela se propõe a respeitar, e não destruir, o meio ambiente, ou seja, é válida do ponto de vista ecológico. [...] estaria baseada, sempre que possível, no uso dos recursos locais quer sejam naturais, técnicos ou humanos; ou seja, ela se orienta para a auto-sustentação nos níveis local, nacional e regional. (STAVENHAGEN, 1985, p. 18-19).

Além disso, a proposta de Stavenhagen (1985) é um plano que se direciona para o povo, de modo que haja a participação dos diferentes nichos da população na sua elaboração, uma vez que são o público beneficiado, algo que se aproxima da participação popular. Depois de apresentar o que seria o “desenvolvimento alternativo” Stavenhagen (1985) disserta sobre vários pontos-chaves desse processo, desde a questão do nacionalismo e luta de classes até o

ponto da etnicidade, que é o que interessa a este trabalho. A questão étnica é ponto de crítica pelo autor às teorias não só do desenvolvimento como também a dos subdesenvolvimentos.

A omissão deste ponto tão crucial, principalmente em uma nação diversificada como a brasileira, é algo que precisa ser superado. O autor afirma que a ciência política contemporânea não ignora os grupos, mas, “estas teorias estão mais relacionadas a agregados funcionais, tais como grupos ocupacionais, consumidores ou partidos com base em classes, do que a comunidades étnicas, raciais ou religiosas” (STAVENHAGEN, 1985, p. 28).

O estado-nação e as classes não estão desconectadas da etnicidade, portanto, os planejadores e políticos de todo o mundo têm que lidar com fatores étnicos no processo de desenvolvimento. Desse modo, os valores culturais e os sistemas sociais ocupam papel relevante na construção nacional e no desenvolvimento socioeconômico (STAVENHAGEN, 1985).

No Brasil, a estrutura do sistema econômico adotado pelo Estado no pós-colonialismo baseou-se em um modelo de viés liberal (no *laissez-faire* e nas vantagens ricardianas), buscando os padrões de vida e de produção dos países europeus e dos EUA, posteriormente. Assumindo uma posição de dependência econômica e cultural frente a essas nações. Portanto, indo contrariamente aos aspectos culturais étnicos existentes em diversas regiões brasileiras e nas potencialidades trazidas pelos povos originários, salientados pela perspectiva do etnodesenvolvimento. Nesse sentido,

O termo etnodesenvolvimento é o exercício da capacidade social dos povos indígenas para construir seu futuro, aproveitando suas experiências históricas e recursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com projetos definidos segundo seus próprios valores e aspirações. (BATALLA, 1982 apud MENDES, 2017 p.173).

Ferraz (1997) direciona a definição do etnodesenvolvimento para o contexto da sociedade indígena – “E o desafio permanente consiste em se reproduzirem como sociedades etnicamente diferenciadas e lidar, ao mesmo tempo, com condições materiais de existência cada vez mais adversas e multifacetadas”, citado por Azanha (2002, p.31). Portanto a abordagem do etnodesenvolvimento enquanto modelo de desenvolvimento alternativo para a população tradicional é visto como modelo fundamental no engajamento para o fortalecimento da sua autonomia local.



Tal autonomia, segundo o estudo realizado por Diniz (2006) intitulado *Economia e Etnodesenvolvimento no Território Xakriabá – MG*, propôs que apenas será possível mediante a interdependência de duas variáveis extremamente relevantes para de fato alcançar a sua independência: uma transformação na esfera política alinhada a uma organização na esfera produtiva. Uma vez que somente uma transformação na primeira e seguido com restrições no setor produtivo tende a não proporcionar uma autonomia efetiva. É importante salientar que este último no sentido de fortalecer a esfera de produção local é incorporado a ideia de economia solidaria.

Dois autores se destacam nessa vertente José Luiz Coraggio (1994) e Paul Singer (1998), que de acordo com a suas propostas definiram três setores da economia urbana: “o setor empresarial ou capitalista internacional e o(s) setor(es) popular(es)”. Entretanto o que interessa para este trabalho é a análise de Singer em relação a este último setor da economia urbana. Segundo o autor a “economia popular” compreende as práticas não capitalista e que reproduzem a lógica do setor moderno e, portanto, o autor propôs que essa questão deveria ser tratada como “economia solidária” caracterizado sobretudo pela cooperativa de produção e consumo. Desse modo a proposta deste autor no âmbito de política de planejamento como mecanismo para o desenvolvimento socioeconômico apresenta uma relação similar à de política de etnodesenvolvimento.

Cabe destacar que o termo “autonomia” empregado pelo Singer (1998) parte do pressuposto de Souza (2001), na qual o autor analisa o fortalecimento da democracia direta “como incremento da autonomia de determinada população”, enraizado na crítica do Filósofo Grego Cornélius Castoriadis que fez em sua obra uma crítica e uma revisão ao projeto marxista de transformação social através de revolução, entretanto no âmbito da esfera política Souza considerava a democracia ocidental apenas como um mero conjunto oligarquias liberais, citado por Diniz (2006, p. 11).

via as democracias representativas ocidentais não como verdadeiras democracias, mas sim como ‘oligarquias liberais.’” [onde o] “(...) sentido do verdadeiro regime democrático (...) deveria ser visto como incompatível com uma situação em que as esferas decisórias são em grande medida fechadas à participação do público e em que os políticos profissionais (...) pouco prestam contas do que fazem com seus mandatos... (SOUZA, 2001, p. 170-171 apud DINIZ, 2006, p.11).

Por fim o autor complementa a autonomia como o “consciente e explícito autogoverno de uma determinada coletividade” (SOUZA, 2001, p. 174 apud DINIZ, 2006, p.11). Neste

sentido discutir o desenvolvimento da Aldeia Amambai a partir da ótica do etnodesenvolvimento é uma alternativa fundamental para alcançar de fato tal propósito, uma vez que essa abordagem consiste no desenvolvimento de um grupo étnico da sociedade a partir da sua especificidade local. Para tanto a necessidade de uma instituição (Associação) para o gerenciamento deste processo é algo indiscutível, pois ela pode desempenhar um papel fundamental para a implementação de ações e ou projetos que visem a prática do etnodesenvolvimento na região no qual está inserido, no caso deste estudo para a Aldeia Amambai em questão.

### **Associativismo como ferramenta de planejamento: a Associação Guapoy**

A ideia de implementar a política de planejamento como mecanismo para o desenvolvimento socioeconômico da Aldeia Amambai por meio da abordagem do etnodesenvolvimento é centrado na Associação Guapoy. Tal Associação é fruto da demanda da própria comunidade como o meio para fomentar o desenvolvimento da região local, através de cinco eixos principais: Educação, Saúde, Geração de renda, Agricultura e Cultura.

Para a consolidação da Associação Guapoy, no dia 08 de setembro de 2018, às 16:00hs foi realizado uma roda de conversa/reunião na casa nº 06 da Aldeia Amambai com a participação de 12 pessoas para debater e buscar propostas e ou resolução acerca dos problemas enfrentados pela comunidade local – e pela unanimidade foi decidido a criação da Associação. E para o cargo do conselho diretor foi definido e composto por: Presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, cabe acentuar que estes cargos foram ocupados pelos indígenas locais mediante a votação realizada durante a reunião. A Associação Guapoy Kaa Barbakua:

É uma associação cível sem fins econômicos, de duração por tempo indeterminado, e terá sua sede e administração na Aldeia Amambai no seguinte endereço: Rodovia Amambai/MS a Ponta Porã/MS, Km 5, casa número 6, bem como foro jurídico na Cidade e Comarca de Amambai/MS, CEP 79 990-000. (ESTATUTO, 2018. Art.1, p.1).

O principal objetivo do Guapoy consiste em promover estudos e pesquisas de modo a melhorar a qualidade de vida local em diversos setores:

A ASSOCIAÇÃO GUAPOY KAÁ BARBAKUÁ terá por objetivo estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção, divulgação e implantação de conhecimentos técnicos e científicos, elevação da qualidade de vida em diferentes esferas, tais como: assistência social, educação, geração de renda,



saúde, esporte, meio ambiente, cultura, ciência e tecnologia e direitos humanos. (ESTATUTO, 2018. Art.III, p. 1).

Neste sentido para a consecução do seu objetivo a Associação poderá: i) Promove programas sociais; ii) promover programa de desenvolvimento econômico e social; iii) ações de geração de renda; iv) a recuperação do artesanato indígena; v) promover programas ambientais, a defesa, a preservação e conservação do meio ambiente e incentivar o desenvolvimento sustentável; e entre outras ações de cunho pertinente ao objetivo descrito no Estatuto.

O associativismo ganhou mais força com o surgimento do termo desenvolvimento local e social no início dos anos 1990, na esteira do debate sobre desenvolvimento local alinhado à integração e à sustentabilidade. No caso brasileiro, o associativismo, de caráter empresarial, surgiu na década de 1930 junto com o modelo de Estado corporativo, assim como outras instituições de representação de interesse, como os sindicatos (ENGELMANN, 2005).

Para uma melhor compreensão do papel do associativismo como mecanismo do processo de transformação econômico e social, é necessária uma definição coerente do termo. Leonello (2010) considera o associativismo como mecanismo capaz de melhorar a qualidade de vida de um determinado local, nas palavras do autor:

O associativismo, constituindo-se em exigência histórica para melhorar a qualidade da existência humana, ou seja, para melhorar as condições de vida dos indivíduos de um determinado local, pois faz com que a troca de experiências e a convivência entre as pessoas se constituam em oportunidade de crescimento e desenvolvimento (Leonello, 2010, p.1).

Nesse sentido Engelmann (2005, p. 6) complementa:

O papel das associações no desenvolvimento local é a contribuição para a construção da solução de problemas para o desenvolvimento econômico da região, fazendo a mediação destes problemas com as estruturas burocráticas do Estado e, por consequência, exercendo um papel articulador da sociedade civil.

Percebe-se, portanto, o papel fundamental que uma associação pode exercer no processo de organização social local, atuando como agente de articulação de fomento e de implementação de programas capaz de superar os entraves locais. Desta forma, direcionando o reordenamento dos problemas regionais, que são essenciais ao desdobramento da região local. Neste contexto o associativismo se constitui uma estratégia capaz de melhorar as condições locais de vida das pessoas de uma população, sob toda as suas dimensões, como aponta

Leonello (2010). Conforme Viegas (2004 apud SALOMÃO, 2013, p.46) considera a associação como:

[...] todo o grupo de indivíduos que decidem, voluntariamente, por em comum os seus conhecimentos ou atividade de forma continuada, segundo regras por eles definidas” [...]. O mesmo autor argumenta que essas associações corporativas direcionam até a esfera pública as informações, reivindicações e orientações normativas e valorativas, bem como desempenham um papel de coordenação em conjunto as instituições estatais para a implementação de políticas públicas. Nesse mesmo sentido, segundo Emilio Solfem (2008) define o associativismo como conjunto de pessoas diferente em busca de objetivos comuns, respaldado na “cooperação entre os envolvidos.

Assim, esses autores seguem a mesma concepção acerca da definição do associativismo, entendendo-a como uma forma organizar o desenvolvimento local, tendo como base a cooperação dos agentes envolvidos. Entretanto, cabe acentuar para a sustentação da definição do associativismo a ser considerada no presente estudo é a descrição manifestada pelo guia do associativismo elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Social de Portugal criado em abril de 2001 mencionado no trabalho do Salomão (2013, p. 47):

O associativismo é expressão organizada da sociedade civil, apelando à responsabilização e intervenção dos cidadãos em várias esferas da vida social, e constitui um importante meio de exercer a cidadania. Trata-se de um movimento no qual as pessoas se agrupam em torno de interesses comuns constituindo associações, entidades com personalidade jurídica e com objetivos de inter-ajuda e cooperação.

Nesse sentido, a Associação Guapoy pode ser entendida como uma ferramenta essencial à promoção do desenvolvimento econômico e social local, à medida que é constituída por grupos de pessoas em busca de objetivos comuns com o intuito de exercer e solucionar os entraves presentes na Aldeia Amambai.

### **Mapeamento das atividades desenvolvidas na aldeia Amambai–MS**

A atividade econômica da Aldeia Amambai (Guapoy) constitui-se basicamente de plantação de roça e criação de animais, tal atividade é voltada para a subsistência, dada que a unidade básica do trabalho da população indígena local sempre foi a família. Portanto, utilizar a abordagem do etnodesenvolvimento no sentido de construir o futuro aproveitando as experiências e utilizando os recursos reais e potenciais da sua cultura (BATALHA, 1982), é visto como fator fundamental para alcançar o desenvolvimento da sociedade indígena da Aldeia.

Apesar de a maior parte da atividade produtiva desta comunidade ser centrada na agricultura, cabe acentuar outras atividades que são desenvolvidas e apresentam potencialidades reais para a geração de renda, como o artesanato indígena, a erva-mate, os produtos hortifruti, e também os projetos que estão ainda em fase inicial, como a criação de frango semi-caipira e psicultura.

O conhecimento e a prática de algumas atividades estão na aldeia Amambai há gerações, no entanto, as técnicas de produção são rudimentares, precisando de melhorias para maiores ganhos de produtividade e renda, além disso outras atividades que necessitam de “capacitação/qualificação” dos aldeões por se tratar de “novas” atividades, de modo que lhes permitam a comercialização de seus produtos. O quadro abaixo demonstra algumas das atividades produtivas da Aldeia Amambai.

Quadro 1 - Atividades existentes na Aldeia Amambai

Atividades produzidas	Atividades que necessitam de capacitação/qualificação
Agricultura	Não
Criação de animais	Sim
Erva-mate	Não
Artesanato Indígena	Não
Produção de Hortifruti	Sim
Criação de frango semi-caipira	Não
Psicultura	Não

Fonte: elaboração dos autores

De acordo com o estudo de Benites (2019), o principal produto produzido pela Aldeia é a mandioca, dado que aproximadamente 75% das famílias produzem este item. Todavia, cabe destacar que essa produção é direcionada ao consumo próprio, isto é, à subsistência ao invés da mercantilização. A autora argumenta ainda que são poucos os produtores que comercializam os seus produtos em feiras locais, ou se deslocam até a cidade a fim de vendê-las, ou ainda, com base em encomendas advindas da demanda interna. Benites (2019) ainda salienta que os produtos vendidos na própria Aldeia são ofertados a um valor muito abaixo do preço de mercado, fator este que favorece a comercialização intrafamiliar.

Uma das características peculiares da população aldeã é a criação de animais de pequeno porte, haja vista que em cada 10 famílias, a metade delas cria animais, em especial: galinhas, patos, angolas e porcos. Cabe enfatizar que a criação de animais é uma das atividades que se insere no quadro da necessidade de capacitação e ou qualificação do setor, indicando uma potencialidade de ganhos produtivos no setor, ao incorporar conhecimento técnico, e de maior a geração de renda.

A produção de hortifruti está mais voltada para as frutas, as famílias da comunidade indígena cultivam algumas árvores frutíferas em seus lares como: banana, manga, mexerica, ponkan, maracujá, limão, mamão e goiaba. Percebe-se que essas frutas têm potencial para comercialização, bem como pode abastecer o comércio local. No entanto, ressalta-se que para alcançar tal propósito seria fundamental um projeto direcionado a esse setor, sobretudo à produção em maior quantidade.

Inicialmente, deve-se realizar a análise técnica do solo da Aldeia por um engenheiro agrônomo, com o intuito de identificar quais frutas são mais propícias ao plantio em determinada localidade. Nesse sentido, a Associação Guapoy poderia implementar uma ação que visa a produção em escala dessas frutas, bem como para a sua comercialização final.

O artesanato indígena é uma das atividades mais características da aldeia e apresenta um potencial de comercialização justamente por sua peculiaridade que representa a identidade cultural da população indígena. O artesanato indígena é uma atividade realizada principalmente pelas mulheres, com evidentes fins comerciais, uma vez que existe demanda por parte tanto dos não indígenas quanto pelos próprios indígenas. O artesanato envolve a confecção de diversos produtos como: colar, cocar, roupa típica, brincos, pulseiras, cestos etc.

Observa-se que ainda que exista uma pequena parte das artesãs que trabalham com base em encomenda, o setor apresenta uma carência no sentido de inexistência de um local específico à comercialização dos seus produtos. Desse modo, seria fundamental a criação de espaço especial e voltado às vendas dos artesanatos indígenas produzidos na Aldeia Amambai, talvez em parceria com a Prefeitura Municipal.

Os projetos implementados com vistas a otimizar e ampliar a produção, se encontram em fase inicial e envolvem a criação de criação de frango semi-caipira e a piscicultura, tais projetos são frutos da própria demanda local. Destaca-se que esses projetos foram aprovados junto à Prefeitura e Secretaria de Agricultura de Amambai, visando a geração de renda para a população da Aldeia.

A criação de frango semi-caipira está sendo iniciada como projeto piloto. Em novembro de 2020 foram entregues os insumos necessários para os 30 primeiros aldeões cadastrado, a saber: i) 45 pintinhos; Ração, após 20 dias serão fornecidos quirela; ii) Tela para a construção de galinheiro de 6m<sup>2</sup>; iii) Além da garantia de suporte técnico da Secretaria de Agricultura desde a fase inicial até o abate das galinhas semi-caipira.

Ampliar um projeto semelhante a essa nos demais setores é essencial, como no caso da produção de mandioca, dada que 75% das famílias produzem esse produto, isso implica que apresenta uma capacidade de fornecer insumos para uma fábrica de fecularia, para tanto inicialmente há a necessidade de um planejamento que consiste nesse fim.

Cabe acentuar também os projetos vinculados ao mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS/PP e em parceria com a Associação Guapoy foram aprovados, são elas: Jardim Etnobotânico, Museu dos Povos Originários, Centro de Ensino Superior Indígena e Mercado Indígena de Amambai.

Portanto, pode-se evidenciar que a comunidade indígena da Aldeia Amambai apresenta características que identificam a sua identidade local e, conseqüentemente, tais especificidades são sua principal potencialidade para o engajamento da sua autonomia local. Porém, para que se alcance uma autonomia de geração de renda, há a necessidade de sistematizar as atividades existentes mediante a qualificação de seus saberes e as suas experiências vivenciadas ao longo do tempo, de modo que lhes permitam alcançar o desenvolvimento tal qual proposto pela abordagem do etnodesenvolvimento, tendo a Associação local como uma importante ferramenta para a implementação desses projetos.

### **Considerações finais**

A abordagem do etnodesenvolvimento é entendido como um modelo de desenvolvimento alternativo para um determinado grupo étnico da sociedade, nesse sentido abrange, sobretudo, o campo da discussão da população indígena. Desse modo o presente trabalho pretendeu estudar a possibilidade do desenvolvimento da Aldeia Amambai/MS dentro da abordagem do etnodesenvolvimento e tendo a Associação Guapoy como a articuladora desse processo para alcançar tal propósito.

A partir do estudo realizado verifica-se a existência das atividades potenciais na comunidade local, todavia, as técnicas de produção utilizadas para a produção ainda são de forma rudimentares, e conseqüentemente, limita a produtividade em maior escala, resultando

desse modo em atividades de subsistência. Nesse contexto é evidente o papel fundamental que a Associação local pode exercer para articular ações ou projetos que consiste em melhorias das técnicas para obter maiores ganhos de produtividade e renda, bem como de outras atividades que necessitam de “qualificação/capacitação”.

Cabe sublinhar os demais projetos que podem ser fomentados em outros segmentos relacionados ao propósito da Associação Guapoy, como no caso dos projetos vinculados ao mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS/PP e em parceria com a Associação Guapoy foram aprovados, são elas: Jardim Etnobotânico, Museu dos Povos Originários, Centro de Ensino Superior Indígena e Mercado Indígena de Amambai.

Entretanto o presente estudo não se assentou nas reais soluções que a Associação local pode promover dentro de suas possibilidades para superar os entreves elencados, uma vez que o mesmo pode ser levado em consideração nos estudos posteriores.

## Referências

ALVES, L. **Planejar para Desenvolver o Regional e o Local: Fácil de Dizer, Mas difícil de Fazer**, Brasília, DF, ano ix, n. 29, p. 38-43, julho a setembro. 2018.

ANTONELI, H. L et al. Associativismo Apícola no Município de Prudentópolis: uma experiência de Economia Solidária. **Anais do 3º Salão de Extensão e Cultura da UNICENTRO**. 20 a 25 de setembro de 2010.

ARRUDA, R. Territórios indígenas no Brasil: aspectos jurídicos e socioculturais. **Estudios Latinoamericanos**, v. 21, p. 39-55, 2001.

ARRUDA, R. P. R. Do Desenvolvimento Econômico ao Etnodesenvolvimento Indígena: Elementos Para Uma Reflexão Paradoxal. *Revista Sociedade e ambiente*, v. 2, n. 2, p. 98-120, 2020.

ASSOCIAÇÃO GUAPOY. **Ata da reunião da criação da Associação Guapoy Kaá Barbakua**. Documento, Amambai, 2018.

ASSOCIAÇÃO GUAPOY. **Estatuto da Associação Guapoy Kaá Barbakua**. Documento, Amambai, 2018.

ATHIAS, R. Temas, problemas e perspectivas em etnodesenvolvimento: uma leitura a partir dos projetos apoiados pela OXFAM (1972-1992). **Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: Bases para uma Nova Política Indigenista**, Rio de Janeiro: Contra Capa Livraris, p. 49-86, 2002.

AZANHA, G. **Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 29-37, 2002.

BENITES, K. **Viabilidade de produção e comercialização de produtos destinados a alimentação dos indígenas da Aldeia Amambai**. Ponta Porã, 2019. Monografia em



Administração. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Unidade Universitária Ponta Porã.

CAETANO, J. E. B. **A música como indutora de desenvolvimento local**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Ponta Porã, 2016.

CARDOSO, F. **Nove clássicos do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paco, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Relatório**. Mato Grosso do Sul, 2016. Disponível em:

<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/site/tekoha-direitos-dos-povos-guarani-ekaiowa>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

DINIZ, S. C; MAGALHÃES, F. N. C; MONTE-MOR, R. L. M; **Economia e Etnodesenvolvimento no Território Indígena Xakriabá, MG**. In: XII Seminário Sobre Economia Mineira, 2006, Diamantina. Anais do XII Seminário Sobre Economia Mineira, 2006.

ENGELMANN, F. Estado, Política, Associativismo e Desenvolvimento Local. **Gestão e desenvolvimento**, vol. 2, núm. 2, Jul.-Dez., 2005, pp.9-14. Centro Universitário Feevale. Novo Hamburgo, Brasil.

FALCÃO, J. P. M; MARUCHI, L. C; SOUZA, L. C. L. G. **O trabalho indígena na cidade de Amambai-MS: Uma análise a partir da inserção dos indígenas no mercado de trabalho**. XIII ENAMPEGE. São Paulo. 2019

FERRAZ, I. De “Gaviões” à “comunidade Parkatêjê”: uma reflexão sobre processos de reorganização social. Tese (doutorado em Antropologia). Museu Nacional, UFRJ, 1998.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Etnodesenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/2013-11-18-18-38-38>>. Acesso em: 14 de set., 2020.

FUNAI, Fundação Nacional do Índio. **Índios no Brasil**. Disponível em <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao> Acesso em: 15 de setembro de 2020.

FUNAI, Fundação Nacional do Índio. **Situação dos índios na região meridional do Estado de Mato Grosso do Sul**. Documento. 2020. Disponível em:

<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/situacao-dos-indios-da-regiao-meridional-do-estado-de-mato-grosso-do-sul> Acesso: 15 de setembro de 2020.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LEONELLO, J. C.; COSAC, C. M. D. O associativismo como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social. Seminário do Trabalho, v. 6, 2008.

LIMA, A. C. S.; BARROSO-HOFFMANN, M. Questões para uma política indigenista: etnodesenvolvimento e políticas públicas. Uma apresentação. **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista**, p. 7- 28, 2002.

LOPES, E. S. A; COSTA, J. E. Contradições, avanços e desafios na formação dos territórios rurais do alto sertão sergipano e agreste de Alagoas. In: LOPES, E. S. A; COSTA, J. E. (Org.). **Territórios rurais e agricultura familiar no Nordeste**. São Cristóvão/SE: Ed. da UFS, 2009. p.11-44.

MEDEIROS, M. **Etnodesenvolvimento e desenvolvimento local**: contributos para uma debate teórico, Guarapuava (PR), v. 7, n. I, p. 165 – 177, Jan-Abr., 2011.

MENDES, J. F. A. Estratégias de etnodesenvolvimento através da agricultura: uma análise das ações de assistência técnica e extensão rural na comunidade remanescente de Quilombo de Monte Alegre, Cachoeiro de Itapemirim (ES). **Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro**, v. 4, n. 1, p. 169-187, 2017. Apud. BATALLA, G.B. Etnodesarrollo: SUS premissas jurídicas, políticas y de organizacion. México, 1995.

MILANI, C. Teoria do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **Organizações e Sociedade**, v. 11, 2004.

MISSIO, F. J. **Encadeamentos Setoriais e Regionais**, Disponível em: <www.abde.org.br> Acesso em 5 de agosto de 2020.

OLIVEIRA, A. C. Etnodesenvolvimento teoria institucionalização universitária e prática educacional In: OLIVEIRA, Assis da Costa (Org.) **Mobilização social na Amazônia a luta por justiça e por educação**. Rio de Janeiro: FAPERJ – LACED, 2014.

SALOMÃO, M. V. F. **Associativismo e desenvolvimento local: o papel das associações comunitárias de ilha de São Nicolau (Cabo Verde)**. Dissertação de Mestrado em Sociologia (área de especialização em Desenvolvimento e Políticas Sociais), Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2013.

SANTOS, C. L.. O alto sertão sergipano: análise das políticas de desenvolvimento neste “território rural”. **Boletim Goiano de Geografia**, vol. 30, núm. 1, janeiro-junho, 2010, pp. 51-67. Universidade Federal de Goiás. Goiás, Brasil.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário antropológico**, v. 9, n. 1, p. 11-44, 1985.

VASCONCELLOS, M. A. S; **Economia Micro e Macro**. 6ª.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VERDUM, R. Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas: a contribuição do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA). **Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas. Rio de Janeiro: LACED**, p. 87-105, 2002.

WAKULICZ, G.; RIGHI, I. M. M.; CARAZOLLI, B. Associativismo/Cooperativismo e o Desenvolvimento Local/Regional. **Economia e Desenvolvimento**, n.11, 2000.